



DESTAQUES 23 A 27 DE ABRIL

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO PÚBLICO

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 55/2012. D.R. N.º 81, SÉRIE I DE 2012-04-24

Assembleia da República

Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do sector rodoviário e ferroviário

PORTARIA N.º 111/2012. D.R. N.º 83, SÉRIE I DE 2012-04-27

Ministério das Finanças

Determina a estrutura nuclear da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, fixa o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis do serviço, as competências das respectivas unidades orgânicas nucleares e revoga a [Portaria n.º 350/2007](#), de 30 de Março

PORTARIA N.º 113/2012. D.R. N.º 83, SÉRIE I DE 2012-04-27

Ministério das Finanças

Determina a estrutura nuclear da Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, fixa o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis do serviço, as competências das respectivas unidades orgânicas nucleares e revoga a [Portaria n.º 216/2011](#), de 31 de Maio

FISCAL

AVISO (EXTRATO) N.º 5838/2012. D.R. N.º 82, SÉRIE II DE 2012-04-26

Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira

Constituição de equipa de trabalho da Direcção de Serviços do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, do imposto do selo, dos impostos rodoviários e das contribuições especiais

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

Chambers European Excellence Awards, 2009; Shortlisted 2010, 2011/ Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011/The Lawyer European Awards-Shortlisted, 2010, 2011

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”

Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010, 2011

“5ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”

Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011

“Melhor Sociedade de Advocacia de negócios da Europa do Sul”

ACQ Finance Magazine, 2009


“Melhor Departamento Fiscal do Ano”

International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008

Prémio Mind Leaders Awards™

Human Resources Suppliers 2007

PORTAL DAS FINANÇAS

 [Ofício-Circulado n.º 60088/2012 - 19/04](#) - Procedimentos a adoptar no caso de devolução de notificação efectuada por carta registada

 [Ofício-Circulado n.º 20160/2012 - 19/04](#) - IRC - Taxa de derrama lançada para cobrança em 2012 - Período de 2011

LICENCIAMENTO

 **PORTARIA N.º 109/2012. D.R. N.º 82, SÉRIE I DE 2012-04-26**

Ministério da Defesa Nacional

Aprova vários modelos do licenciamento e certificação a obter pelas entidades habilitadas ao exercício da actividade de comércio e indústria de produtos relacionados com a defesa

SERVIÇOS POSTAIS

 **LEI N.º 17/2012. D.R. N.º 82, SÉRIE I DE 2012-04-26**

Assembleia da República


Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – RAM

 **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA N.º 21/2012/M. D.R. N.º 81, SÉRIE I DE 2012-04-24**

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Resolve solicitar ao Governo da República a suspensão da tributação de dividendos e juros pagos por entidades licenciadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) a sócios ou accionistas não residentes


 **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 8/2012/M. D.R. N.º 83, SÉRIE I DE 2012-04-27**


Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa


Cria e aprova o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de embalagens não reutilizáveis na Região Autónoma da Madeira, denominada de ECOTAXA


UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

 Directiva 2012/11/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Abril de 2012, que altera a Directiva 2004/40/CE relativa às **prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (campos electromagnéticos)** (18.a Directiva especial na aceção do artigo 16.o, n.º 1, da Directiva 89/391/CEE)

 Directiva 2012/12/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Abril de 2012, que altera a Directiva 2001/112/CE do Conselho relativa aos **sumos de frutos e a determinados produtos similares destinados à alimentação humana**

 Regulamento (UE) n.o 360/2012 da Comissão, de 25 de Abril de 2012, relativo à aplicação dos artigos 107.o e 108.o do **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis** concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral

 Decisão de Execução do Conselho, de 29 de Março de 2012, que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de **assistência financeira da União a Portugal**

☒ Decisão do Conselho, de 13 de março de 2012, que altera a Decisão 2011/734/UE dirigida à Grécia com o objectivo de reforçar e aprofundar a **supervisão orçamental e que notifica a Grécia** no sentido de tomar medidas para a redução do défice considerada necessária a fim de corrigir a situação de défice excessivo

☒ Decisão de Execução da Comissão, de 24 de Abril de 2012, que **isenta a produção e venda por grosso de electricidade** produzida a partir de **fontes renováveis na Alemanha** da aplicação da Directiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais [notificada com o número C(2012) 2426]

☒ Parecer da Comissão, de 12 de Outubro de 2011, relativo ao **pedido de adesão à União Europeia apresentado pela República da Croácia**

☒ Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 1 de Dezembro de 2011, relativa à **adesão da República da Croácia** à União Europeia [14409/2011 – C7-0252/2011 – 2011/0805(NLE)] (Aprovação)

☒ Decisão do Conselho da União Europeia, de 5 de Dezembro de 2011, relativa à **admissão da República da Croácia** na União Europeia

☒ **Taxas de câmbio do euro**

COMISSÃO

☒ Relatório Especial: **a Comissão Europeia foi parcialmente bem-sucedida na correcção e melhoria dos sistemas de gestão e de controlo dos Estados-Membros aplicáveis aos Fundos Estruturais**

☒ Mercado interno: **A Comissão intervém para garantir a aplicação das regras da UE no que diz respeito às actividades no domínio da moeda electrónica**

☒ **Transporte rodoviário:** Comissão convida sete Estados-Membros a aplicarem a Directiva Tempo de Trabalho aos motoristas independentes

☒ Comissão abre consulta pública tendo em vista a redução dos **custos da implantação da Internet de elevado débito**

☒ **Direito a um julgamento justo:** a proposta da Comissão que confere aos cidadãos o direito à informação nos processos penais passa a acto legislativo

CONSULTAS PÚBLICAS

☒ Projecto de modelo da declaração escrita que acompanha as substâncias activas importadas para a União Europeia com o objectivo de serem utilizadas em **medicamentos para uso humano**
 Data-limite: 01.06.2012

☒ Consulta pública sobre uma iniciativa da UE para **reduzir o custo de implantação da infra-estrutura de comunicação de alta velocidade na Europa**
 Data-limite: 20.07.2012

PARLAMENTO EUROPEU

☒ **MEDIDAS PARA CONTROLAR AS TRANSAÇÕES DE DERIVADOS**

O Parlamento aprovou, quinta-feira, dia 26 Abril, vista a tornar as transacções de instrumentos derivados do mercado de balcão (OTC) mais seguras e mais transparentes. É considerado que as transacções de instrumentos derivados contribuíram para a crise financeira global. Os negociadores do Parlamento e do Conselho chegaram a um acordo provisório sobre o projecto de regulamento em 9 de Fevereiro.

Dossiê: Facilitar a vida dos passageiros

Os deputados ao Parlamento Europeu analisam actualmente propostas destinadas a reforçar a aplicação dos direitos dos passageiros e a melhorar a qualidade dos serviços nos aeroportos da União Europeia. O dossiê em anexo reúne artigos recentes sobre o acordo relativo aos dados dos passageiros aéreos entre a UE e os EUA, as questões que se colocam sobre os passaportes biométricos e alguns dados sobre as viagens de avião na União Europeia.

PORTAL DO GOVERNO

APEX - ALIANÇA PARA A PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Protocolo de colaboração entre o Governo, instituições de Ensino Superior e Deloitte

Lista de cursos APEX

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 26 ABRIL DE 2012

O Conselho de Ministros aprovou, entre outras medidas, o seguinte:

- Diploma que contempla os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LPCA) operacionalização da prestação de informação nela prevista. Assim, é explicitado que a LPCA apenas se aplica à assunção de compromissos constituídos após a data da sua entrada em vigor e aos pagamentos em atraso. São também especificados alguns dos conceitos previstos na LPCA, nomeadamente, os conceitos de dirigente, gestor e responsável pela contabilidade, os quais se revelam de enorme importância na delimitação de responsabilidade quando se verifique a violação da LPCA;
- Diploma que regulamenta o Fundo de Regularização Municipal, por forma a proceder à sua adequação ao disposto na Lei do Orçamento do Estado, determinando a priorização das dívidas a fornecedores a pagar através do Fundo. A Lei do Orçamento do Estado para 2012 estabelece que o Fundo de Regularização Municipal seja utilizado, única e exclusivamente, para proceder ao pagamento das dívidas a fornecedores dos municípios, cujos montantes das transferências orçamentais hajam sido retidos nos termos da lei;
- Criação, no âmbito do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, que inclui diversas taxas já existentes, bem como a taxa de Segurança Alimentar Mais agora criada;
- Alteração à Lei-Quadro dos Institutos Públicos, conferindo a faculdade de adopção de regime especial pelos institutos públicos cujos diplomas orgânicos prevejam expressamente a existência de atribuições relacionadas com a gestão, em qualquer das suas vertentes, de apoios e de financiamentos assegurados por fundos europeus. Este diploma fixa ainda as competências dos membros dos conselhos directivos com funções não executivas;
- A orgânica da Caixa Geral de Aposentações, I.P., serviço da administração indirecta do Estado, integrado no Ministério das Finanças, cuja missão é gerir o regime de segurança social público em matéria de pensões de aposentação, de reforma, de sobrevivência e outras de natureza especial. Também na esfera do Ministério das Finanças, foi aprovada a orgânica da Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas;
- Diploma relativo à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, transpondo uma directiva comunitária;

BANCO DE PORTUGAL


Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - resultados para Portugal (Abril 2012)


NOTA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Banco de Portugal divulga estatísticas das contas financeiras das administrações públicas e da dívida pública

 **BOLETIM ESTATÍSTICO** - Abril de 2012

CARTA-CIRCULAR

 [4/2012/DMR](#) - Comunica o novo preçário de serviços prestados pelo SITEME. Substitui a Carta-Circular nº 3/2011/DMR, de 24.08.2011.

 [13/2012/DSP](#) - Transmite, na sequência das recentes informações solicitadas sobre operações de cedência de activos para fundos/veículos, realizadas por contrapartida da subscrição, directa ou indirecta, de posições nesses fundos/veículos, alguns esclarecimentos e solicita o envio trimestral de informação quantitativa sobre cada uma das operações realizadas

BANCO CENTRAL EUROPEU

 Relatório Anual do BCE - 2011

A presente Newslettter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslettter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.
